

2. Apropriação física e subjetiva do policial pelo Outro – Corporação

A polícia é o termômetro do grau de civilização de um povo (Sgt PM com 19 anos de serviços prestados a PMERJ segundo Muniz⁵, 1999).

A farda não é uma veste que se despe com facilidade e até com indiferença, mas uma outra pele que adere à própria alma, irreversivelmente para sempre (Inscrição na parede de um batalhão da Polícia Militar).

Pretendemos apresentar neste capítulo o contexto histórico e social em que o policial militar fluminense está inserido, levando em conta a natureza da relação que é estabelecida entre o PM e a instituição policial militar, e entre ele e seus pares. São impressões tidas por uma psicanalista que é membro da PMERJ e que, conseqüentemente, tem o discurso atravessado por essa experiência.

Formamos uma turma de cinquenta psicólogos que ingressaram através de concurso público na Corporação em janeiro de 2002, inaugurando o quadro antes inexistente. Anteriormente à nossa entrada, só havia civis realizando atendimento nos setores de psicologia nas clínicas médicas e nos hospitais. O serviço não era oferecido nas unidades operacionais, o que dificultava muito o atendimento, até porque havia longa fila de espera.

Justamente por ser uma especialidade tida como tabu pela Corporação, por “mexer com a mente das pessoas”, muitas dificuldades foram encontradas inicialmente pelo grupo.

Fomos a única classe de profissionais de saúde, no universo de aproximadamente 500 oficiais formados em 2002, que teve que preparar um planejamento de trabalho sob orientação de um Capitão Médico Psiquiatra a ser aprovado pela diretoria de saúde. Esta tarefa foi muita árdua e levou alguns meses

⁵ A autora será citada em inúmeras ocasiões deste trabalho, tendo em vista que sua tese de Ciência Política, orientada pelo Prof. Luiz Eduardo Soares, foi escrita a partir de um trabalho de pesquisa de campo realizado no 19ºBPM, durante o qual participou das rondas, circulando pela área de patrulhamento desta unidade nas viaturas ao lado dos policiais. O que significa dizer que ela conseguiu colher interessante material que pode auxiliar na construção deste trabalho.

para ser concluída. Havia muita preocupação por parte do Comando da Tropa⁶, e até hoje ela existe, em relação a nossa presença nos batalhões, quanto a uma possível interferência na administração considerada nefasta.

Somos profissionais de saúde e, ao mesmo tempo, policiais militares. Inclusive, a designação militar vem antes do cargo. Desse modo sou a 1ª Tenente PM PSI Silvia. Temos orgulho de nunca termos nos esquivado de discutir questões de nosso campo de saber relacionadas ao militarismo⁷, dentre elas o fato do profissional que presta assistência psicológica no quartel ser um militar, já que o trabalho analítico, em princípio, caminha na contramão da alienação, da hierarquização e da homogeneização do sujeito. Seria essa situação sustentável e produtiva?

A análise suscita a reflexão a respeito da particularidade subjetiva que se contrapõe ao coletivo, criando um espaço para que se manifeste a singularidade que é apagada em toda coletividade. Aquele que já iniciou um trabalho psicanalítico sabe que este processo leva à desconstrução do saber alienado vindo do Outro, inicialmente ocupado pela mãe, pelo pai, e, durante a vida, pelas demais figuras de autoridade e respeito. Deste modo, a análise suscita uma separação do Outro. O sujeito chega, assim, a questionar sua posição de sujeição, e a mudar de posição, a partir da escuta de seu desejo inconsciente em análise. Nesse sentido, o tratamento psicanalítico pode ser mal-visto no meio militar. Todavia, tratar com correção militar as transgressões disciplinares fruto do adoecimento psíquico, da dependência química, ou do vício do jogo, não dá resultado, isto é, o policial não volta a ter comportamento bom por causa disso. Isso leva os comandantes a admitirem que há algo que escapa ao seu rígido controle e que deve ser cuidado pelos psicólogos.

A partir do ponto de vista das mudanças subjetivas que um trabalho analítico pode provocar, refletiremos a respeito das palavras de um Major de tropa da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), cujo relato autobiográfico revela os efeitos da alienação ao Outro. Chama a nossa atenção o quanto esta oficial teve sua vida sacrificada em nome dos ideais da Corporação. Após iniciar uma terapia, ela reviu uma série de questões que estavam relacionadas à carreira militar.

⁶ O corpo da tropa distingue-se do corpo da saúde por ser constituído por combatentes. Os maiores cargos da administração da PM são compostos por policiais do primeiro grupo.

⁷ Para conhecer outras visões a respeito da experiência obtida no exercício da psicologia na PMERJ sugerimos consultar Bicalho (2005) e Guimarães (2007).

Retiramos um trecho de sua fala em que revela a surpresa pela constatação do quão irracional pode ser a cobrança que o militar faz em relação a si mesmo a partir da lavagem cerebral praticada em sua formação:

Os treinamentos para a formatura foram exaustivos, mas hoje é cômico relembra (...). A todo momento, era-nos lembrada a nossa responsabilidade, em razão dos ilustres convidados que nos prestigiariam. Assim, não podíamos errar . . . Não podíamos errar . . . Não podíamos errar . . . Aliás, policiais não podem errar, mas, interessante, há um ditado de caserna que diz: ‘você calado já está errado’. Eu ainda não havia pensado na profundidade desse paradoxo. Caso tivesse, teria aceitado os meus erros, torturando-me menos. (Lima, 2002, p. 18).

Essas palavras fizeram com que rememorássemos a nossa própria história na PMERJ, vindo à mente todos os percalços pelos quais passamos na formação militar “relâmpago”, que durou menos de três meses. Podemos afirmar que aprendemos “na pele” a sabedoria dos ditados militares, como o que vivíamos repetindo no nosso Curso de Formação de Oficiais (CFO) de 2001: “Nada é tão ruim que não possa piorar”. Aprendemos cedo a nos resignar diante do que representa ser servil no militarismo; essa foi a nossa primeira lição! Toda vez que alguém reclamava de algo, um de nós repetia a profecia que se confirmava, ensinando-nos que éramos capazes de agüentar as adversidades cada vez maiores do treinamento.

Como pessoas críticas à influência a que uma instituição total exerce sobre o pensamento e as escolhas do indivíduo, nós psicólogos militares antecipamos algumas das dificuldades em que poderíamos esbarrar, antes mesmo de iniciarmos nossa prática clínica. Uma delas era a possibilidade de o policial sentir-se desconfortável diante de um superior⁸, o que poderia obstruir a criação de um vínculo de confiança necessário para o início do tratamento. Isso sem mencionar a preocupação comum no PM de que sua reputação diante de seus colegas poderia ficar maculada por procurar ajuda de “alguém que cuida de loucos”. Ante a notória resistência da classe policial a admitir a necessidade de um acompanhamento psicológico, considerado “coisa de maluco”, como os policiais lidariam com o fato de ter de esperar do lado de fora da sala de consulta enquanto não fossem chamados a entrar? Todas estas questões foram sendo respondidas na medida em que os atendimentos ocorriam. Quando um policial percebia que o

⁸ O oficial (2º tenente, 1º tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel, em ordem crescente) ocupa um círculo hierárquico distinto e superior ao círculo dos praças, composto por soldados, cabos, sargentos (3º, 2º e 1º), e sub-tenentes, em ordem crescente.

outro havia buscado atendimento, encorajava-se para procurar auxílio também. Hoje, os próprios PMs indicam para seus colegas o tratamento psicológico. Para os praças, parece ser mais fácil fazer esse movimento. Até hoje a quase unanimidade dos policiais atendidos por mim eram deste círculo. Isto porque para os oficiais admitirem que necessitam de ajuda é muito mais complicado. Como são idealizados, ocupando posição de liderança e autoridade, não querem ser vistos como falhos ou desprovidos de auto-suficiência. Então, eles nos procuram muitas vezes informalmente – no alojamento, no rancho, na seção em que prestam serviço – não em nossas salas, como o fazem aqueles que não dividem conosco o mesmo ambiente no quartel.

Apesar da relutância a aderir ao trabalho do psicólogo ter sido reduzida de maneira gradativa entre os policiais, os pacientes ainda escutam piadinhas maldosas de seus colegas de farda por estarem em atendimento. Basta o psicólogo entrar numa seção, seja na secretaria, na P4 (setor de obras e manutenção) ou na P1 (encarregada das escalas), para que haja um policial tentando constranger outro, sugerindo que ele precisa muito ser tratado, e, nesses momentos, a risada é geral.

Observamos que, na medida em que os pacientes atendidos notam a melhora de seu mal-estar, passam a ignorar as provocações. Até porque eles percebem que a cada dia mais colegas estão se cuidando da mesma forma, fato que auxilia na desmistificação do atendimento psicanalítico na caserna.

Sabemos que a vestimenta e seus acessórios servem como suporte de projeções de ordem imaginária as mais diversas possíveis; por esse motivo, realizar os atendimentos estando uniformizado pode surtir efeitos negativos para o estabelecimento da transferência e até para o bom andamento do tratamento. Isto porque o paciente pode enxergar no analista a figura do chefe, se ver tendo que tratá-lo de senhor(a) como manda o regulamento, ou achar que deve medir as palavras para que não venha a ser acusado futuramente de ter desrespeitado um oficial. Além disso, o paciente pode hesitar em confiar no psicólogo por temer futuras perseguições quanto ao conteúdo do que for ali falado durante o processo de análise. Enfim, não podemos ignorar algumas prováveis e indesejadas reações adversas que podem vir a atrapalhar o estabelecimento da transferência no *setting* analítico, geradas pelo fato do profissional ser um militar e não um civil. Desta maneira, o psicólogo militar deve estar atento quanto à possibilidade dessas

situações ocorrerem e se preparar para lidar com isso. É certo que durante a sessão de análise, deve-se buscar excluir o militarismo para que seja possível ocupar o lugar de analista.

Portanto, o princípio da hierarquia deve ser rompido de antemão para que se constitua um trabalho analítico. O código de conduta do psicólogo que indica a necessidade de preservação do sigilo pode ser uma poderosa ferramenta para inibir a influência e o poder dos superiores sobre o psicólogo militar, permitindo a liberdade necessária para o exercício da clínica.

No início da atuação do grupo de psicólogos militares, havia muita desconfiança dos policiais em relação à sua capacidade técnica e às verdadeiras intenções por trás das propostas de formação de grupos terapêuticos e de atendimento individual. Suspeitavam de que não seríamos capazes de preservar o sigilo. Assim, temiam ser prejudicados no âmbito pessoal e militar caso alguma coisa dita ao analista vazasse para outra pessoa do batalhão. Além disso, alegavam correrem risco de iniciar um atendimento e depois ele ser interrompido, “pois as coisas boas na Polícia sempre acabam”. Receavam que nossa atividade nos quartéis fosse temporária. Deste modo, como poderiam aderir ao projeto se, muito em breve, eles poderiam ser surpreendidos com o fim dos trabalhos? Havia ainda aqueles que especulavam sobre a possibilidade de termos sido infiltrados pela chefia do quartel com o objetivo escuso de colher informações sigilosas a respeito deles, a fim de realizar uma pesquisa psicológica sobre a tropa.

Contudo, passados mais de seis anos de serviços prestados na PMERJ, tudo indica que as suspeitas que recaíam sobre nossa competência e ética profissional diminuíram consideravelmente. Antes, era comum ouvirmos alguma piadinha sobre um suposto vínculo com o serviço secreto – P2 (setor reservado da PMERJ responsável pela inteligência e investigação); nos dias de hoje já não ocorre mais uma provocação desta índole.

Depois de colocadas todas essas dificuldades que poderiam advir do fato do analista ser um militar, centrar-nos-emos em outro assunto, a saber, a investigação e a análise da cultura policial militar, que está fundada, pelo menos em princípio, sobre um ideal altruísta, ainda que este seja subvertido por parte do grupo.

O policial militar é responsável pelo policiamento ostensivo; sendo assim, deve proteger a sociedade do crime, nem que seja preciso morrer em nome disso.

Alguns milhares deles já o fizeram, deixando órfãs suas famílias. Poderíamos nos perguntar: que tipo de profissão é essa que necessita de heróis? E mais ainda, quem são esses mártires? Cabe observar que, enquanto muitos deles estão apoiados em um ideal de vida, imbuídos da missão de defender e amparar a sociedade, outros se aproveitam de sua posição para se corromperem e deste modo, acabam contribuindo para denegrir a imagem já desgastada da PMERJ. Existe ainda outra classe, que é numerosa, formada por policiais que entraram para a Corporação em busca de estabilidade, sem que tivessem algum interesse na vida militar, tendo feito uma espécie de escolha forçada. Muitos deles não estavam preparados para pagar o alto preço de ocupar este lugar. Quando um desses PMs é atingido num confronto e perde parte de suas funções mentais ou de sua capacidade física, o impacto do choque é ainda maior.

Grandes são os obstáculos encontrados no dia-a-dia de serviço, o que acaba contribuindo para a degradação do estado psicológico dos policiais. Certamente, a natureza deste tipo de profissão provoca um estado de angústia quase permanente, decorrente da vivência de situações limites, isto é, experiências de elevado estresse físico e mental que ultrapassam a tolerância de um sujeito comum.

Verificamos no universo policial militar a prática de uniformização dos sujeitos, tanto em relação à sua aparência no quartel (com a proibição do uso de adereços chamativos ou de tatuagens), como também quanto às suas atitudes e seus comportamentos fora dele.

Busca-se um coletivo harmônico e para isso as diferenças individuais têm que ser minimizadas. No lugar do sujeito, tem-se o grupo. Daí a utilização do uniforme e de uma carteira de identidade própria à vida militar, na qual consta o número de identificação – registro policial (RG), o nome de guerra e o posto do policial.

Todos esses recursos visam a desapropriação do corpo, e, em última instância, da alma do indivíduo. Para o fortalecimento do grupo é preciso enfraquecer a individualidade. A formação militar apóia-se sobre esse princípio, conduzindo a um processo de apagamento da subjetividade em prol do coletivo. A ideologia que vigora no meio militar, onde predomina um tipo de poder que tem por finalidade adestrar homens que possam garantir a manutenção da ordem

pública e do estado de coisas, é objeto de interesse, pois tem efeitos de produção de subjetividade.

2.1. Fabricando corpos dóceis e úteis

Foucault (1975) demonstrou que no século XX, na Europa, houve a predominância de uma prática social chamada de “economia política do corpo”, surgida dois séculos antes, que pode ser entendida como o exercício de relações de poder e de dominação, pautado sobre a disciplina e que busca controlar o corpo, suas forças e seus movimentos. Houve um momento da história da repressão em que se percebeu que seria mais eficaz e rentável vigiar do que punir. Devemos lembrar que com o advento da revolução industrial, na segunda metade do século XIX, o corpo veio a se tornar uma força de produção, e, portanto, uma fonte de riqueza.

O saber e o controle do indivíduo constituíam a chamada “tecnologia política do corpo”, que é difusa e raramente explícita, composta muitas vezes de peças ou de pedaços, e que utiliza material e processos sem relação entre si. Foucault referiu-se a uma *microfísica do poder* posta em jogo pelos aparelhos e instituições. Este poder exercido no nível microscópico constitui um dispositivo que visa fabricar o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial capitalista.

Os ensinamentos de Foucault a respeito desse tipo de dominação e de poder que é exercido de forma capilar indicam o objetivo que predominou no século XX de se produzir corpos dóceis e obedientes. Conforme definição do autor: “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (Foucault, 1987[1975], p. 118).

Através da leitura de sua obra, podemos localizar na segunda metade do século XVIII a origem do modelo de disciplina que se encontra operante nos dias de hoje nas instituições militares. Ele é baseado num tipo de dominação eficaz, porém não fundado sobre a violência física, mas sim em regras de confinamento e hipervigilância. Trata-se do exercício de uma apropriação, não apenas das qualidades profissionais do homem, mas do seu corpo e, em último grau, da sua própria alma – sede de hábitos.

Foucault (1975) identificou três diferentes tipos de “tecnologia de poder” utilizadas ao longo dos quatro últimos séculos na Europa, a citar:

- Do **corpo supliciado** – Até o século XVIII na Europa, era comum a prática de supliciar publicamente o corpo dos criminosos. O corpo, portanto, servia como instrumento de punição para os delitos que eram interpretados como uma agressão direta à figura do rei. O condenado podia vir a ser açoitado, queimado, mutilado, destroçado, enfim, ser objeto do ato mais brutal e cruel possível, já que esta era a forma encontrada para restituir a sua imagem que fora maculada com o crime. Quanto maior o horror infligido ao criminoso, mais grandioso era o espetáculo que devia ser assistido por todos, e assim, mais vingado sentia-se o rei.

O suplício era uma técnica regulamentada juridicamente e legitimada que deveria permitir correlacionar o tipo de ferimento físico (qualidade, intensidade e duração do suplício) com a gravidade do crime cometido, a pessoa do criminoso e o nível social da vítima. Havia um código jurídico da dor e esta era calculada de acordo com algumas regras, a citar, o número de golpes de açoite, localização do ferro em brasa, tempo de agonia na fogueira, tipo de mutilação física, entre outras. Era um dispositivo que tinha por objetivo último deixar uma cicatriz (marca) no corpo do criminoso. Da mesma forma, restaria na memória dos homens que acompanhavam a ostentação do suplício, o horror da punição. Disso adviria o reconhecimento do poder ilimitado do rei e da violência de sua força, o que inibiria futuros crimes. Dentro desta perspectiva, o corpo pertencia ao rei. Por essa razão, dele podia ser feito o que bem lhe conviesse. Era no excesso de violência imputada ao criminoso e ostentada ao povo que se investia toda a economia do poder do rei;

- Do **corpo cujas representações são manipuladas** - nesse contexto, o corpo era um bem social e não mais uma coisa do rei. Desta maneira, ele havia se transformado em um objeto de apropriação coletiva e útil à sociedade, e por isso não podia mais servir para que a força do monarca fosse reafirmada e exibida. Seguindo esta linha de raciocínio, a aplicação da pena implicava num

retorno à sociedade, isto é, ela deveria servir também como uma compensação pelo dano causado ao grupo.

Esta nova tecnologia de poder surgiu no século XVIII a partir da instalação de uma crise que se deu principalmente no meio jurídico e no político, em virtude das críticas levantadas pelos magistrados e pelos legisladores quanto ao exibicionismo de um excesso de violência que fazia do criminoso uma vítima, do rei um carrasco, e do sistema jurídico um sistema perverso. Logo, o suplício deveria ser banido da sociedade. Seria preciso que o castigo tivesse a humanidade como medida. De acordo com esse pensamento, o menor crime representaria uma ameaça para toda a sociedade. O criminoso deveria sofrer uma sanção que não envolvesse nenhuma violência física direta, mas sim um sofrimento psicológico, no âmbito mental, daí a necessidade de enclausuramento dos indivíduos. Os criminosos deveriam ser separados do restante da população, mantidos excluídos e, deste modo, seriam controlados de perto. A intenção do encarceramento era de regenerá-los, transformando-os em indivíduos dóceis e obedientes. Assim, o direito de punir deslocava-se da vingança do soberano à defesa da sociedade. Seria preciso, pois, “punir exatamente o suficiente para impedir” (Foucault, 1987[1975], p. 79) a prática criminosa. Portanto, buscava-se maximizar a representação da pena e não sua realidade corpórea;

- Do **corpo treinado** – respeitando o princípio de que o corpo pode ser manipulado de forma a se transformar num corpo treinado, submetido à ordem pública, procurava-se disciplinar o indivíduo desde muito cedo para que fosse fabricado um sujeito amigável e pouco propenso ao crime. Sendo assim, investir-se-ia na prevenção do crime e não apenas na aplicação de penas como forma de inibi-lo. Este dispositivo surgiu também no século XVIII na Europa. Sobre este tipo de técnica funda-se a educação escolar nos moldes do que conhecemos ainda em voga atualmente. Do mesmo modo, essa modalidade de tecnologia de poder é utilizada nas academias militares, por isso ela nos interessa tanto. Segundo Foucault, dentro deste panorama, o corpo e o tempo, os gestos e as atividades diárias, são alvos de aplicação da dominação do sujeito. Trata-se de uma técnica que se aplica no plano do microcosmo, diríamos mesmo, no âmbito capilar, pois esse poder além de ser sutil, é muito

eficaz, justamente pelo fato da coerção ser feita de forma implícita. Uma dominação quase imperceptível é exercida devido à economia de gestos punitivos. Há nesta forma de microfísica do poder, a prática de uma coerção constante e ininterrupta que busca produzir um corpo submisso e exercitado. Esta tecnologia de poder envolve alguns esquemas de limitação repetitivos, portanto, trata-se de um método disciplinar que inclui os seguintes aspectos:

- **A cerimônia do exercício** – o exercício é o meio pelo qual se obtém o resultado esperado, que é o de produzir um corpo docilizado. Por isso, ele é tão cultuado, considerado fundamental em qualquer espaço de formação do indivíduo, seja nas escolas civis ou militares. O objetivo da cerimônia do exercício é de velar mais sobre os processos da atividade física do que sobre o próprio resultado;
- **O controle minucioso das operações do corpo** – para alcançar a meta de se produzir um indivíduo treinado e obediente é necessário que seja exercido sobre o corpo um controle muito detalhado em relação à sua função e capacidade. Este controle busca realizar a sujeição constante da força física a uma autoridade, que deve ser respeitada e temida.

Encontram-se ainda no século XXI exemplos de métodos suaves de trancar e corrigir que objetivam fabricar homens dóceis e obedientes, seja numa escola de ensino infantil, numa academia militar ou até num mosteiro ou convento. Uma das grandes contribuições de Foucault ao pensamento moderno foi a de colocar em evidência o princípio econômico e ideológico capitalista que jazia por trás desta prática de vigilância do homem. A coerção disciplinar, segundo o autor, estabelece no corpo o elo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada.

Quanto à formação militar, que se sustenta sobre a necessidade de um treinamento exaustivo sobre o corpo e de um método rígido de imposição de hábitos, Foucault foi buscar na história européia as origens da ideologia que orienta e rege os princípios e as relações sociais neste universo particular. Conseguiu até localizar o momento da mudança de paradigma quanto à imagem do combatente. Segundo ele, no início do século XVII, a figura ideal do soldado

era a de alguém nascido para a batalha. Nesta medida, ele precisava trazer no corpo as insígnias que indicavam a sua aptidão inata para o exercício deste ofício. Precisava dispor de vigor físico invejável e de coragem incomparável.

Já na última metade do século XVIII, acreditava-se que o soldado podia ser fabricado. Desse modo, afirmou o autor, “de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele” (Foucault, 1987[1975], p. 117).

Foucault salientou que nesses esquemas de docilidade-utilidade, sobre os quais desde o século XVIII havia tanto interesse, são identificadas características que permite diferenciá-los de outras práticas de disciplinarização. Ora, seguramente, antes desta data, o corpo já era alvo de investimentos tão imperiosos e urgentes como os deles. Entre os novos elementos, destaca-se:

- a **escala do controle** – segundo a qual, o corpo deve ser trabalhado detalhadamente. Sobre ele, deve-se exercer uma coerção sem folga, para produzir uma verdadeira máquina. Desta forma, exerce-se um poder infinitesimal sobre o corpo ativo.

Verificamos deste modo o nascimento de uma “arte do corpo humano”, que tem o propósito não somente de aumentar suas habilidades, mas, sobretudo, de aprofundar sua sujeição e de formar uma relação que o torna mais obediente à mesma proporção com que o torna mais útil. Para isso, é preciso estabelecer uma política de coerções a serem impostas ao homem. Sobre seu corpo será exercida uma manipulação calculada em relação a seus gestos e comportamentos, uma verdadeira “mecânica do poder”. Não se trata de uma nova “anatomia política”, mas sim do resultado de uma variedade de processos de origens diferentes, de localizações esparsas, que compõem, no conjunto, um método geral. Encontramos nas organizações militares esse tipo de exercício de poder.

Sobre a “arte de distribuição dos indivíduos no espaço”, na qual também se sustenta este tipo de coerção disciplinar, podemos destacar dois princípios que têm relação com o cotidiano vivido em um quartel de polícia:

- 1) Para haver disciplina, é preciso dispor de um local fechado em si mesmo e, igualmente, heterogêneo em relação a todos os outros. Certamente este princípio é obedecido nos Batalhões, pois todos que ali trabalham, estão uniformizados (com exceção das pessoas do serviço reservado – P2) e são facilmente identificáveis pelas insígnias que portam;
- 2) Na disciplina, os elementos são intercambiáveis, eles se definem de acordo com a posição ocupada na série de elementos e pela distância que os separa dos demais. Este aspecto é verificado nos quartéis pelo código das patentes. Há uma divisão hierárquica que separa os policiais militares em círculos; o dos oficiais (no alto da pirâmide da organização) e o dos praças. Dentro do círculo dos oficiais, há outra divisão em classes: o 2º e o 1º Tenentes (em ordem crescente de antigüidade) são os oficiais subalternos. Já os capitães são oficiais intermediários; e, os majores, tenentes-coronéis e coronéis, são oficiais superiores. Essa divisão implica, inclusive, a separação do espaço ocupado pelos diferentes grupos: há alojamentos diferenciados e, no rancho dos oficiais, mesa em separado para os oficiais superiores.

Quanto ao “controle da atividade”, que faz parte do fundamento da disciplinarização, ressaltamos dois aspectos interessantes que se relacionam ao regime militar:

- 1) O **horário** – deve haver um rígido controle sobre o horário;
- 2) A **utilização exaustiva** – “importa extrair do tempo sempre mais instantes disponíveis e de cada instante sempre mais forças úteis” (Foucault, 1987[1975], p. 131). Este princípio permite compreender a noção amplamente difundida na Corporação de que o policial tem de estar sempre à disposição em caso de necessidade, pois presta serviço de extrema urgência. Existe uma máxima no quartel que diz: “O soldado tem hora para sair de casa, mas não tem hora para voltar”.

Foucault também apontou recursos que garantem o chamado “bom adestramento”, como a “vigilância hierárquica”, que tem como premissa a noção de uma vigilância integral, que é vista desta forma pelos indivíduos que estão a ela expostos. Portanto, ela deve ser contínua, perpétua, permanente, isto é, não deve

ter limites, e assim deve penetrar nos lugares mais recônditos, estar presente em toda a extensão do espaço.

Além de encontrarmos o princípio da vigilância constante na disposição espacial dos quartéis, a prática cotidiana da supervisão, na qual, o oficial deve verificar a execução das tarefas realizadas pelos seus subordinados fora do quartel, funciona dentro deste mesmo mecanismo.

Quanto à prática da hipervigilância exercida sobre o sujeito, Foucault deu destaque em sua obra ao dispositivo que permite o jogo do olhar, cujo protótipo é o Panóptico de Bentham, um anel de celas construído na periferia, com uma torre no centro, vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel. Essa arquitetura não representa um mero artifício para ser visto de fora (como o fausto dos palácios) ou recurso para vigiar o exterior (como as fortalezas), mas caracteriza-se por possibilitar o controle bem detalhado do interior do estabelecimento.

Com um vigia na torre e outro na cela, tem-se o princípio da masmorra invertido. “Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder” (Foucault, 1987[1975], p. 166).

Trata-se do chamado “olhar invisível”, que tudo consegue ver sem ser visto. Essa invenção, que foi aplicada pela primeira vez na construção de um zoológico na Europa, alastrou-se, tendo sido utilizada em diversos espaços como escolas, casernas e hospitais, justamente por ser tão eficaz e econômica, conforme indica o seguinte comentário:

O esquema panóptico é um intensificador para qualquer aparelho de poder: assegura sua economia (em material, em pessoal, em tempo); assegura sua eficácia por seu caráter preventivo, seu funcionamento contínuo e seus mecanismos automáticos (Foucault, 1987[1975] p. 170).

Este esquema de poder é eficiente principalmente por evitar a prática da violência. Os efeitos da vigilância contínua são constantes e profundos, adquiridos em caráter definitivo. Assim, alcança-se uma vitória que é perpétua, já que não é preciso fazer nenhuma intervenção física direta para garantir o efeito desejado.

2.2. Sequestro do eu

Prosseguiremos a discussão sobre o processo de formação subjetiva que tem início com a entrada no universo militar, efetuando uma análise da ideologia que norteia a prática social nas instituições militares. Demonstraremos, fundamentados na obra de Goffman, que o fato do quartel ser uma instituição total tem como consequência a produção de um sujeito subserviente, e de certo modo, alienado, que vai perdendo progressivamente o controle sobre suas próprias atitudes e escolhas. Entretanto, não seria correto afirmarmos que o “sequestro do eu”, para utilizarmos expressão do autor, seja feito apenas pelas instituições seculares e tradicionais, haja vista que outras tantas organizações privadas e até globalizadas, controlam de forma rígida o corpo e os hábitos de seus empregados.

Jaz sob a lógica militar, a intenção de exercer um poder ilimitado sobre o sujeito, que tem de ser obediente aos ditames que lhes são impostos por seus superiores, e leal aos princípios que orientam as relações entre os membros da organização. Assim, o militar tem de tratar o superior com respeito e servilismo e o subalterno com urbanidade, e não pode, em hipótese nenhuma, negar-se a cumprir ordem recebida, a não ser que esta implique em uma ação ilegal ou criminosa. Deste modo, deve estar sempre disponível a colaborar com o que for preciso para atender aos objetivos determinados pela Corporação, nem que para isso, tenha que renunciar a seus interesses e desejos individuais, como revela o seguinte depoimento:

Perguntaram-me se eu estava preparada para ser policial militar, visto que teria que abdicar de muitas coisas que fazia. Respondi com um sonoro “sim”. Lembro-me que já fiz essa mesma pergunta entrevistando outras candidatas e que levei um bom tempo para perceber o quanto ela é tola. Uma coisa é estar preparado para escalar o Everest ou participar do rali Paris Dakar, outra coisa, bem diferente, é estar preparado para ser policial militar. Eu nunca imaginei que para entrar em uma instituição total teria que abrir mão de minha identidade e de meus valores, e que outros me seriam impostos sob uma nova ordem. Quando respondi meu sonoro sim, eu estava preparada para ser feliz e sorrir do mesmo modo que a moça do cartaz do recrutamento. Eu desconhecia indigência, bandido, tortura, sadismo, vingança, e não estava preparada para me defrontar com isso (Lima, 2002, p. 7).

Toda instituição militar é total porque, em conformidade com as características descritas por Goffman (1961), nela todos os aspectos da vida, como

atividade profissional, lazer e alimentação, para citar os principais, são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade, e cada atividade cotidiana é feita na companhia imediata de um mesmo grupo de pessoas. Além disso, essas atividades seguem um horário rígido e previamente estabelecido. Portanto, nos espaços militares pretende-se criar um universo peculiar e fechado; de certo modo isolado do restante da sociedade. Sendo assim, a descrição de instituição total dada pelo autor em seu livro *Manicômios, prisões e conventos* e acima apresentada no parágrafo anterior, coincide quase que inteiramente com a realidade da caserna, salvo algumas exceções.

A partir da leitura do livro *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das agulhas negras* (Castro, 1990), identificamos as seguintes ressalvas que devem ser assinaladas ao aproximarmos as duas realidades: primeiramente, na instituição militar não existe uma divisão rígida entre a *equipe dirigente* e os *internados*; em segundo lugar, na academia militar busca-se conquistar o que Castro chama de “vitória cultural”, que é alcançada com a conclusão do curso, momento no qual o aluno formado deixa de ser um simples “paisano” para se tornar um militar. Podemos acrescentar ainda outro fator não mencionado pelo autor que é a escolha pela vocação. Quanto à PMERJ, o ingresso na academia militar é feito mediante a aprovação de concurso público. Para os candidatos a soldados, exige-se o segundo grau completo; já os que pretendem ser oficiais precisam ser aprovados no vestibular da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) para a Academia de Polícia Militar D.João VI.

Através da estratégia de dispor do espaço da instituição para outros fins que não administrativos, procura-se estabelecer com o militar uma relação de proximidade, geralmente encontrada no seio familiar. Efetivamente, tem-se no militarismo um ambiente de familiaridade e intimidade que lhe é próprio.

Os batalhões são locais que se prestam tanto ao trabalho como para moradia de um grande número de pessoas. Os militares formam um grupo fechado, trabalham uniformizados, cumprimentam-se de forma específica (os mais modernos prestam continência aos mais antigos que retribuem o cumprimento), comunicam-se num determinado jargão e adotam uma série de comportamentos padronizados, entre os quais ficar em posição de sentido ao se apresentar ao superior, estar com o uniforme impecável, não usar barba ou bigode a não ser que se tenha ingressado assim na organização, usar bibico (chapéu) para

circular em ambientes descobertos, fumar em local pré-determinado, etc. Levam, portanto, uma vida fechada e formalmente administrada.

Nas unidades operacionais da Polícia Militar, há uma divisão quanto à laboração. Enquanto um pequeno grupo de policiais presta serviço burocrático durante expediente e por isso não precisa pernoitar no quartel a não ser que queira, o que acontece frequentemente devido a problemas familiares; o outro grupo – mais populoso – realiza atividade de policiamento ostensivo em escalas diurnas e noturnas. Mas todos, inclusive os que pertencem ao primeiro grupo, têm um espaço para repouso e troca de uniforme – o alojamento. Além disso, é comum que o policial chegue ao serviço em jejum e tome seu café-da-manhã no rancho; nele podem ser feitas todas as refeições do dia, desde que respeitado o horário pré-determinado pelo comandante. Também são realizadas, nos batalhões e nas clínicas, festas para comemorar datas importantes como Natal, Dia das Crianças, e outras mais.

Como bem marcou Goffman (1961), a entrada numa instituição fechada implica num processo de lavagem cerebral. Através da imposição ostensiva de novos valores e conceitos, almeja-se despir o indivíduo da antiga concepção de si mesmo, dessa forma, espera-se que ele se transforme num novo homem. Assim, uma série de rituais é criada para marcar esta passagem. Através de certas práticas, algumas até violentas, busca-se degradar, profanar e humilhar o eu, objetivando mortificá-lo, fazendo nascer um outro que, ao contrário do primeiro, seja obediente e subjugado. Nos treinamentos militares, como resultado, ocorrem excessos e abusos de poder, pois a fronteira entre aviltção e violência é tênue.

Devemos estar atentos para a significação simbólica das “boas-vindas” presentes nos processos de admissão e nos testes de obediência, pelos quais passam aqueles que são inseridos numa instituição total. Estes ritos de passagem batizam o indivíduo, que ganha até um novo nome. Não sem propósito, esta nomeação é pejorativa. No caso da Polícia Militar, por herança da cultura do Exército⁹, os alunos candidatos a oficiais que ingressam na academia militar (cadetes) são chamados pelos veteranos – alunos do 2ºano – por uma expressão que já diz tudo, “bicho”. São inúmeras as provações pelas quais eles têm de

⁹ Devemos lembrar que em quase 200 anos de existência da PMERJ, por 160 deles a instituição foi comandada por oficiais do Exército. Isto porque a Polícia Militar derivou desta organização, criada como um braço das Forças Armadas.

passar, desde exercícios extenuantes à obediência escrava, como passar frio e ingerir determinadas misturas repugnantes de comida.

Desta forma, parece que o objetivo maior desta prática perversa é o de dessingularizar o policial, fazê-lo passar por uma grande transformação subjetiva, vindo no futuro a se tornar parte de uma massa unívoca. Para se alcançar este resultado, é preciso que se construa a imagem de um outro de fora que represente a alteridade que deve ser expurgada para que não ameace a desintegração do grupo.

A necessidade de subserviência está vinculada à exigência de que todos renunciem aos desejos individuais que poderiam vir a dividir o coletivo. Procura-se estabelecer um comportamento padrão, ditado de cima para baixo.

Durante os anos passados na academia, o cadete¹⁰ permanece internado durante toda a semana, podendo retornar às suas casas nos finais de semana, a menos que esteja cumprindo alguma punição disciplinar. Pois, é bom lembrar, que o menor deslize, como uma cama mal feita, por exemplo, pode ser motivo para a suspensão do direito de saída. Desta forma, no processo de formação militar leva-se o aluno ao que Goffman (1961) chamou de “estado de angústia crônica”, em virtude da minuciosa e incessante vigilância exercida sobre ele na instituição, que objetiva notar qualquer mínimo desvio do cumprimento das normas.

Podemos dizer que o princípio régio do militarismo é o de manter um grupo organizado, uniforme e coeso. Certamente, o entrosamento do grupo tem grande relevância para a eficácia das ações e táticas policiais. O seu movimento tem que ser sincronizado e articulado, sob pena de se mostrar ineficiente ou desastroso. Para que se chegue a esse resultado, é fundamental propiciar um estreitamento dos laços afetivos entre os pares. A intimidade atenua as diferenças individuais, aumentando a identificação entre os colegas. Almeja-se formar uma verdadeira família, como ouvimos dizer lá dentro, cujo pai é o comandante, figura que encarna o ideal do eu para os sujeitos dirigidos, fazendo vigorar a lei.

O policial tem responsabilidade sobre suas atitudes individuais, mas também sobre as do grupo. Se ocorrer alguma falha, como a perda de um rádio

¹⁰ Enquanto os alunos candidatos a oficiais têm uma formação longa de três anos de treinamento na academia de polícia, os candidatos a soldados têm apenas um ano. Isto é justificado pelo fato dos oficiais terem uma maior responsabilidade nas atividades de policiamento e de administração. Eles são encarregados das atividades de execução, de administração, de comando e de planejamento das políticas de policiamento ostensivo, o que implica na necessidade de um curso mais amplo e duradouro.

transmissor ou de uma arma, todos da guarnição (grupo de trabalho na rua) respondem por ela. Daí a necessidade de se trabalhar somente com “parceiros”. Como a carga horária é elevada, a convivência torna-se muito intensa, estimulando a cumplicidade entre eles. Assim, é comum que a amizade entre os policiais ultrapasse os muros do quartel, levando-os a se encontrarem habitualmente fora do ambiente profissional.

Ao amor do pai e à sua proteção, o filho deve retribuir com gratidão e obediência. É como diz o famoso ditado repetido exaustivamente em inúmeras situações vividas no quartel: “Manda quem pode, obedece quem tem juízo”. Alguns comportamentos padronizados ilustram o quão relevantes são a hierarquia e a disciplina para um grupamento militar, como a prática de se esperar que o comandante ou o oficial mais antigo se sirva no rancho antes de se iniciar a refeição, ou de ficar em sentido quando o superior adentra a repartição.

Conforme Freud (1921) enunciou: no Exército¹¹, os soldados são unidos por uma corrente libidinal que garante a força do grupo. O fator que os mantém integrados é a relação amorosa que liga uns aos outros. Vem de Eros, portanto, a motivação para manter essa estreita união. Quando o sujeito faz parte de um grupo, ele tende a abandonar a sua individualidade, permitindo que os outros o influenciem por sugestão.

A formação militar visa dotar o sujeito de uma inabalável confiança em si mesmo, que é fundada na onipotência narcísica. A partir desta premissa, podemos estabelecer um elo entre a prática de exercícios extenuantes e a passagem por testes de resistência, não só física, mas também psicológica, com a intenção de eliminar os fracos e inadequados do grupo. É preciso produzir um combatente que se veja como imortal. Só restarão no curso, isto é, só se formarão, aqueles que provarem estarem preparados para superar desconfortos como calor, frio, fome e dor. Pretende-se formar deste modo verdadeiros super-heróis, que uma vez docilizados, sirvam integralmente ao serviço.

O discurso empregado e sustentado pela Polícia Militar e demais Corporações vinculadas às Forças Armadas é o de que o militar tem que ser “vibrador”, extremamente corajoso e destemido. Afinal, esse discurso é calcado na necessidade de se garantir que ele venha a ocupar um lugar especialmente

¹¹ Acreditamos que esse pressuposto possa ser estendido às Polícias Militares estaduais, que afinal de contas são forças reservas e auxiliares do Exército.

desconfortável e difícil, no qual, com relativa frequência, ele terá que entregar a própria vida ao risco para que outras vidas, de pessoas anônimas, sejam salvas.

Presente neste processo há uma tentativa de negar a morte. Em pânico não seria possível a ninguém enfrentar situações de risco, e a capacidade de controlar o medo é um item indispensável para a boa prática policial militar.

A probabilidade de acontecerem acidentes aumenta devido ao excesso de trabalho – normalmente de 12 horas diurnas ou noturnas, intercaladas com um descanso que varia em número de horas, 24, 48 ou 72h, dependendo do serviço. Contudo, este repouso não ocorre na prática, já que além da carga horária normal de serviço, somam-se a ela o tempo despendido no “bico” de segurança e os “extras”¹² a serem cumpridos. Isso sem contar com as inúmeras convocações do Poder Judiciário para depoimentos, marcados quase que exclusivamente em horário de folga. A classe policial militar, em sua maioria, condena as condições de trabalho a que está submetido cotidianamente. Há uma sensação generalizada entre os policiais de que para eles não existem direitos humanos. É comum ouvi-los dizer que “até o bandido tem mais direitos humanos que o PM”¹³. Esse sentimento, além do caráter árduo do trabalho, é gerado pela predominância do cunho opressivo do regime militar pautado na punição.

Na Polícia Militar, o regulamento disciplinar (RDPM), ao qual estão submetidos os membros da ativa e da inativa, classifica como insubordinações atitudes como a de “não cumprir ordem recebida”, a de “retardar a execução de qualquer ordem” e a de “deixar de comunicar ao superior a execução da ordem recebida tão logo seja possível”. Assim qualquer ordenação recebida, ainda que esdrúxula, é tomada como uma missão que não pode ser questionada. Afinal, encontra-se neste código como norma a necessidade de se colaborar espontaneamente para garantir a manutenção da disciplina coletiva e da eficiência da Instituição. Vale lembrar que, em muitos momentos, a ordem dada não diz respeito à atividade policial em si, mas a funções tais como:

Ser escalado como motorista para um oficial superior, uma autoridade civil ou um visitante; servir como ajudante de ordens; organizar uma partida de futebol; doar sangue quando solicitado; pintar as instalações do Batalhão; realizar pequenos consertos de mecânica e eletricidade(...); realizar tarefas de jardinagem;

¹² Exigência de serviço fora da escala normal, que é de praxe.

¹³ Para saber mais a respeito, ver Bicalho (2000) e Muniz (1999).

atuar como garçom; representar a Corporação em algum evento, etc. (Muniz, 1999, p. 105).

São previstas advertências, repreensões, detenções, prisões e prisões em separado, licenciamento e exclusão a bem da disciplina. O fato de o comandante ter o poder de prender qualquer policial por até 72 horas se assim julgar necessário, antes de instalar um processo administrativo, ou até por 30 dias após averiguação, é prova irrefutável do poder que ele exerce sobre seus comandados. Portanto, este é um dado precioso que permite compreender a profunda apropriação do sujeito feita por uma instituição total deste porte. Com a possibilidade cotidiana de receber alguma punição que cerceie o direito de ir e vir, o que soaria surrealista em outros ambientes de trabalho, cria-se um estado de apreensão difuso que pode prejudicar o bom andamento do serviço. Mas a pressão psicológica é parte precípua do militarismo. Os superiores corriqueiramente fazem uso da hierarquia como forma de coerção para conseguirem que as tarefas venham a ser cumpridas com eficiência.

Esta estratégia funciona devido à premissa de que um superior pode solicitar a prisão de um subalterno ao comandante se este agir de forma descortês, o que acontece muitas vezes na prática. A prisão faz parte da realidade do quartel, seja por transgressão à disciplina ou por descumprimento do serviço. Desta maneira:

Mesmo que as punições disciplinares não ocorram com a frequência com que são veiculadas internamente, e que a suposta arbitrariedade de suas aplicações não possua uma devida correspondência na prática, a sua constante invocação, assim como a possibilidade sempre iminente de sua utilização, parecem suficientes para configurar uma gramática pedagógica por demais opressiva (Muniz, 1999, p. 143).

A ideologia repressiva que orienta o regime militar parece não dar lugar à fraqueza e à insuficiência humanas. Desta forma, o adoecimento físico não é encarado de forma natural pelos policiais, muito menos o psíquico. Por isso, muitas vezes, o policial que se encontra em licença médica é escalado para exercer uma função para a qual está impossibilitado por limitações físicas e/ou mentais. Não é sempre que a opinião do profissional prevalece.

Observamos que nos quartéis as pessoas licenciadas são vistas com preconceito. Na prática, o policial que recorre ao auxílio médico passa a ser visto com desdém, “ou é um fraco ou está armando”, conforme costumam comentar os

próprios colegas. E, na esmagadora maioria das vezes, prevalece a segunda impressão. Ele passa a ser visto como um mal intencionado – o próprio “171”, expressão que alude ao artigo nº 171 do código penal brasileiro que versa sobre estelionato, a citar: “É crime obter vantagem ilícita em prejuízo alheio induzindo ou mantendo alguém em erro”. É melhor fingir que não somos seres vulneráveis ao adoecimento.

A transformação subjetiva que sofre um civil quando se insere no universo militar é muito grande e até mesmo violenta para alguns. A substituição do nome pelo número neste ambiente, ou seja, o predomínio da prática de impessoalização e de desumanização é uma das queixas mais comuns feitas por parte da classe policial militar. Sempre que os policiais fazem referência a alguma situação desumana que tiveram que enfrentar em sua vida profissional, justificam a sua existência alegando que a instituição não tem interesse em promover melhorias, que ela não cuida como acham que deveria de seu capital humano.

À instituição militar deve-se prestar satisfação de quase tudo de sua vida, criando uma dependência artificial da Corporação, cujo poder extrapola os limites do ambiente profissional. Qualquer locomoção para fora do Estado do Rio de Janeiro deve ser autorizada por escrito e publicada em boletim; este é o meio de comunicação que registra todos os alardes relacionados ao militar – mudança de estado civil, de nome, promoção, conclusão de curso, elogio, punição, movimentação – e os acontecimentos relativos aos órgãos vinculados à PMERJ – eventos administrativos, comemorativos, esportivos; cursos, etc.

A Polícia Militar, como as demais instituições totais, promove uma espécie de “sequestro do eu”. Em que outro tipo de trabalho, o funcionário deve prestar informação sobre seu aparelho de celular, ou sobre sua declaração de imposto de renda? Certamente existem bons motivos para justificar essas exigências, o que não anula seus efeitos subjetivos.

Para exercer um controle maior sobre o indivíduo, existe a necessidade de o RDPM¹⁴ reger não somente sobre a prática do militar no cumprimento do serviço, como também sobre sua conduta fora deste universo particular. Por isso, encontra-se nele previsto o comportamento esperado da “família policial militar”:

¹⁴ Conforme mencionamos em páginas anteriores, trata-se do regulamento disciplinar dos policiais militares da ativa e da inatividade.

Um PM deve sempre se comportar como um espelho da PMERJ, zelando pelo “bom nome da classe”, quando abre um crediário, quando escolhe os seus locais de lazer, quando faz amigos, quando se vê como qualquer cidadão envolvido em um conflito no trânsito ou em uma querela interpessoal, quando se relaciona com seus familiares, etc. (Anexo I do RDPM atualizado pelo Decreto no. 6579 de 5 de março de 1983 *apud* Muniz, 1999, p. 103).

Portanto, a conduta do policial fora do quartel tem que ser ilibada, como se exige dos profissionais que representam uma autoridade. Enfim, o que se espera é que cada policial pertencente à Corporação zelee por sua própria imagem perante a sociedade, pois, desta forma, ele também preservará uma boa imagem da Polícia, afinal é um representante da lei e precisa se comportar de acordo com este preceito.

Para alguns sujeitos, o rígido controle externo de suas vidas ajuda a organizá-las. Sabemos que existem aqueles que precisam de uma espartana rotina que garanta a sua própria saúde mental. Para os obsessivos, as exigências feitas no quartel se casam muito bem com o que ele espera que o Outro demande dele. Já em relação aos psicóticos, sabemos o quanto é tranquilizador fazer parte de um grupo, ou seja, estar inserido em uma coletividade organizada. Eles buscam o regime militar, muitas vezes inconscientemente, para que este funcione como uma espécie de prótese paterna, já que nesse ambiente singular há aparatos que uniformizam não somente a vestimenta, mas também os gestos e interesses de todos a ele vinculados. Assim, a filiação ao grupo pode garantir um suporte para mantê-los organizados psiquicamente. A chamada Maria Batalhão, apelido dada a uma senhora com problemas psiquiátricos que reside há mais de quinze anos num Batalhão da cidade do Rio de Janeiro, que já se tornou uma personagem conhecida fora do meio militar, tendo aparecido em alguns programas de TV que abordam a realidade e o cotidiano dos policiais militares, é prova viva disso.

Portanto, enquanto para alguns o sistema militar pode ser opressor e restritivo, para outros pode significar um apaziguamento de suas próprias inquietações. Fazendo parte desta família, desfruta-se de um emprego estável, com um salário que independe de produtividade, incluindo gratificações, com direito a serviço médico, odontológico e psicológico, entre outros, e, principalmente o que hoje se tornou raro, com direito à aposentadoria integral, desde que se cumpra o tempo de serviço previsto ou se obtenha reforma por invalidez. Além disso, outro aspecto igualmente positivo é o de poder recorrer ao

comando da mesma forma com que o sujeito se dirige ao pai quando precisa de ajuda. Tivemos a oportunidade de acompanhar certa vez uma situação em que o PM atolado em dívidas que comprometiam sua própria subsistência, e dependente do álcool, foi ajudado pelo comando com uma cesta básica mensal e com um controle rigoroso sobre sua vida fora do quartel.

É bom lembrarmos que cada caso é estudado separadamente. Quando existe algum policial taxado de “problemático”, que carrega este estigma por apresentar um grave desvio de conduta, geralmente o subcomandante chama-o em seu gabinete para terem uma conversa a sós. Existe um interesse sincero em entender por que o indivíduo está transgredindo as regras, isto é, por que tem chegado atrasado ou faltado aos serviços. Afinal, há um forte espírito de corpo entre os policiais e, conseqüentemente, uma filosofia de união e preservação do grupo. Via de regra, o comando busca detectar por que aquele policial que vinha tendo um bom comportamento passou a ter em sua ficha anotações que levaram a um mau comportamento. Com frequência, as inúmeras faltas ao serviço ou transgressões cometidas são sinais de que há um grave problema pessoal motivando a conduta desviante, como o uso abusivo de drogas, uma crise conjugal, ou até uma grave crise financeira. Comumente, o policial contrai diversos empréstimos que terminam por comprometer quase que inteiramente sua folha de pagamento. Normalmente, nessas ocasiões em que o chefe está sozinho diante do soldado com problemas, a prática da impessoalização desaparece e o oficial adota um comportamento mais humano. Ele sabe que não adianta agir com rigor, pois as punições não estão tendo mais efeitos. É sinal de que o problema passou a ser de outra alçada, tem-se a necessidade muitas vezes de encaminhá-lo para o serviço de saúde da PMERJ. A chegada dos psicólogos aos batalhões foi de extrema utilidade no atendimento a esses casos.

Gostaríamos de concluir esse capítulo fazendo a ressalva de que, embora tenhamos destacado a apropriação do corpo e da alma pretendida pela Polícia Militar, há uma parte do eu que resiste a essa disciplinarização; não à toa os serviços de Psicologia em alguns batalhões estão lotados. O inconsciente insiste em se manifestar a despeito da tentativa de controle do eu, e a pulsão não cessa de demandar satisfação; por isso é tão fundamental que os psicólogos militares estejam “a postos”.

2.3. Vivências selvagens no mundo cão

Buscaremos analisar os seguintes aspectos do trabalho policial militar nesta seção: a natureza de seu trabalho, já que se trata de uma função de risco. Se bem que, enquanto o perigo pode parecer ameaçador para uns, pode soar extremamente excitante para outros. Assim, encontramos a seguinte divisão na classe policial militar: de um lado um grupo temeroso do que pode lhe ocorrer em virtude da periculosidade de seu ofício; e de outro, um que enxerga o perigo como um desafio a ser vencido. Não fortuitamente, estes últimos descrevem o prazer que sentem diante de uma situação que lhes causa medo, momento no qual “corre a adrenalina pelo corpo”. Esta sensação que mobiliza a angústia parece viciar. Por esse motivo, muitos acabam se envolvendo em situações cada vez mais perigosas e excitantes. Nesse movimento, está implícita a tentativa de desafiar a própria morte e de sair vencedor. Os atos heróicos realizados pelos policiais deram margem à seguinte afirmação: “a profissão policial adquire uma roupagem mística e um certo *glamour* que contagia e, em boa medida, contribui para a adesão apaixonada dos seus integrantes” (Muniz, 1999, p. 187).

Também pretendemos refletir a respeito das condições de trabalho dos policiais militares. Observamos que a falta de capital humano prejudica às vezes a prática de seu ofício. É notório o déficit de policiais que prejudica a realização de um policiamento ostensivo mais adequado à realidade de nosso Estado, cujo índice de criminalidade vem alcançado altos patamares. Além disso, o policial queixa-se da falta de preparo técnico e de material adequado para trabalhar satisfatoriamente.

Gostaríamos de seguir a discussão discorrendo sobre mais um item, além dos dois anteriores, a saber, a influência que a dura realidade vivida na rua exerce sobre a subjetividade do policial. Notamos que o hábito de lidar com um cotidiano violento, estando o PM inserido num ambiente inóspito, gera modificações subjetivas relevantes nos policiais. É muito comum relatarmos que, à medida que vão acumulando mais tempo de serviço na rua, eles se sentem mais intolerantes e irritadiços; além disso, agem com uma impulsividade antes desconhecida. Como são expostos ocasionalmente a um cenário brutal, acabam perdendo parte significativa de sua sensibilidade e empatia, tão necessárias para a realização de

um bom trabalho policial. Devemos alertar para o fato de que tanto a perda da humanidade como a da sensibilidade pelo policial são alterações descritas em trabalhos de pesquisa de outros países (Muniz, 1999). Como resultado tem-se a banalização da violência.

A fim de ilustrar esta situação, ou seja, para exemplificar possíveis transformações de ordem psíquica provocadas nos policiais por sua imersão no mundo do crime, trazemos a fala de uma policial militar feminina que foi ao Instituto Médico-Legal (IML) reconhecer o corpo de dois colegas. Eles haviam falecido em serviço após confronto entre a polícia e traficantes numa favela do Rio de Janeiro, na véspera do dia das mães de 2006, data de aniversário da filha de 8 anos de um deles. Enquanto a oficial aguardava a liberação dos corpos para a realização do enterro dos dois policiais, deparou-se com uma cena inesperada. Havia uma mãe que fora reconhecer o corpo do filho de 15 anos, apontado pela polícia como traficante, baleado naquela mesma ocorrência, que chorava copiosamente junto ao corpo dele. Essa imagem ao invés de emocionar a oficial, provocou-lhe uma mescla de asco e revolta. Ela ficou muito abalada por ter visto brotar uma frieza e ódio antes desconhecidos. Afinal de contas, considerava-se uma pessoa sensível e humana. Havia até tido dúvidas quanto a escolha de ser uma policial. Achava que não servia para aquela função, já que era “uma manteiga”, e, assim, não conseguia fazer o que devia, em certas ocasiões que envolviam pessoas que considerava de bem. Sofria nas operações de trânsito quando tinha que apreender um veículo em situação irregular e o motorista era um simples trabalhador que tinha o transporte como ganha-pão. Então fez a seguinte constatação enquanto narrava sua experiência:

Eu vi a mãe de um deles (dos traficantes) chorar dizendo: “Meu filho! Meu bebê!”, e não senti nada! Pela primeira vez na Polícia eu fiquei fria, não senti absolutamente nada! Eu sempre sentia pena, mas desta vez enquanto olhava para ela, eu pensava “Bem feito! Deviam ter morrido muitos outros. Deviam ser eles e não nós!”. Olhei o corpo daqueles dois policiais na maca, todo costurado de cima abaixo e senti raiva, muita raiva!

Esta fala particular, na verdade, reflete um sentimento que não é incomum na tropa. Ouvimos deles um discurso que denuncia a estranheza em relação a si por notarem novos e indesejados hábitos. De alguma maneira, eles se vêem contaminados por toda a violência dessa guerra contra o crime, presente nos embates cada vez mais constantes e perigosos, que já fez tantas vítimas inocentes.

Para sobreviver no mundo cão, uma série de artifícios é criada pelos policiais; talvez a mais significativa delas seja a construção de uma couraça que cobre a humanidade do policial, servindo de escudo para lidar com a crueza da realidade deste submundo. Isto por que:

Os “mundos” que os PMs visitam e que constituem o seu próprio mundo policial são difíceis de descrever, são duros de explicar e, em boa medida, são desagradáveis de assistir e de frequentar por muito tempo. É preciso “ter estômago” para socorrer um homem anônimo caído na calçada sufocando-se em seu próprio vômito. É preciso segurar a sensação de náusea diante de cenas nas quais se encontram indivíduos mutilados, corpos baleados feito peneiras e cadáveres em decomposição (Muniz, 1999, p. 158).

À medida que o tempo passa e que os policiais vivenciam novas situações de conflito nas ruas, eles vão mudando de comportamento. Muitos percebem uma alteração em seu linguajar através da incorporação das mesmas gírias usadas pelos bandidos. Isto porque o convívio com a comunidade é muito intenso. Estas transformações parecem ser originadas de uma identificação com o outro (criminoso). Não existe apenas um aspecto negativo nesta mutação, visto ser benéfico para o policial não ser um “estranho no ninho”. Mas é notável que no universo policial predomine o registro do imaginário. Tem-se em voga um jogo especular de “mocinho e bandido”, com a alternância desses dois lugares, e a pregnância do mimetismo.

Alguns deles chegam a agir com agressividade diante de alguma situação corriqueira que anteriormente não causava essa reação; e o que é mais grave e preocupante, alguns se tornam impulsivos e nervosos em casa, devido ao forte estresse a que estão submetidos diariamente. Para melhor evidenciar esse fenômeno, escolhemos reproduzir a fala de um soldado com mais de sete anos de serviço na PMERJ:

A gente que trabalha na favela fica bruto. Eu estou cada vez mais calado. Hoje em dia, sou curto e grosso. E as pessoas mais próximas a mim reclamam comigo por causa disso. Aham que eu mudei, dizem que eu não era assim. Mas com o tempo trabalhando na comunidade a gente acaba ficando deste jeito.

Em virtude da natureza bélica dos confrontos policiais, existe um código de silêncio compartilhado por eles, o que faz com que haja uma rígida separação entre o ambiente familiar e o de trabalho. Assim, muitas coisas que se passam na rua não são comentadas em casa, permanecendo em segredo, criando uma

verdadeira muralha que os isola do convívio familiar. É como se os policiais fossem aos poucos mudando de identidade, criando outra nova que não pode ser revelada para a família. Só quando estes homens estiverem juntos, falarão, e aí sim, por horas a fio, sobre os últimos acontecimentos que mais os mobilizaram. No quartel, comumente observamos este tipo de comportamento.

Devido à necessidade de guardar para si aspectos chocantes e controversos de sua atividade, a procura por um atendimento psicológico pode tornar-se mais difícil. Quando o paciente conta ao analista algum detalhe de uma ocorrência de serviço, o que é raro, isso soa como uma revelação. Muitos se furtam a descrever experiências nas ruas, temendo o horror que certas vivências poderiam provocar no ouvinte.

O desejo do policial militar de proteger sua família é um fator que contribui para a manutenção do silêncio. Ele tem inúmeras razões para não dividir com ela suas preocupações e inquietações. A primeira delas diz respeito ao fato do policial temer que sua família possa ser usada para atingi-lo. Em segundo lugar, existe a preocupação de que sua mulher e seus filhos não se contaminem com a maldade que cerca o mundo do policial. Ademais, não podemos desconsiderar a hesitação do policial em causar um desconforto no lar, devido à imagem violenta que possa apresentar para ela.

Não descartaremos os indícios de que o bem-estar psicológico dos policiais possa estar sendo afetado pelas intempéries de seu serviço. Afinal de contas, encontram-se altos índices de dependência química entre os policiais. Existe inclusive na PMERJ um serviço de tratamento de dependência química no hospital central (HCPM). Isso nos torna propensos a concluir que existe uma relação de causa e efeito entre o tipo de serviço desenvolvido pela polícia e o adoecimento psíquico.

Esses problemas são também agravados pela elevada carga horária de trabalho do policial militar, que prejudica a convivência familiar. Devido aos baixos salários, conforme já comentamos anteriormente, o policial empenha-se em serviços fora do quartel e assim a sua carga horária normalmente excede o limite do aceitável. Nestes casos, a convivência com sua esposa e filhos fica bastante afetada, o que, algumas vezes, traz nefastas consequências. Sem o devido e esperado descanso, em muitas circunstâncias, de fato, ele não se encontra em condições psicológicas e físicas para exercer com êxito seu trabalho. Trazemos

um relato pungente de uma policial militar feminina a fim de esclarecer o grau de exigência que seu ofício impõe no dia-a-dia:

Dedicar-me integralmente, na Polícia Militar, significa disposição integral. Gostaria de poder elucidar para o leitor a amplitude desse conceito, mas creio não consegui-lo em sua inteireza, dado que ele é subliminar e perpassa sutilmente pela relação empregado-empregador, numa instituição total. Ele esteve presente no demonstrativo de pagamento e hoje permanece apenas no Estatuto de Pessoal da Polícia Militar de Minas Gerais, isto é, a sociedade paga para que haja disponibilidade durante as vinte e quatro horas, em tempo integral. E estar disponível todo o tempo implica que, mesmo retornando do trabalho após uma jornada de oito horas, no ônibus, fardada ou não, ao presenciar um assalto ou outro tipo de delito, eu tenho que agir. E sendo inserido de forma subliminar, faz com que, muitas vezes, ajamos por ímpeto, passionalmente, sem analisar a situação (...) Poderia descrever inúmeras atuações quando estava de folga, mas uma marcou-me em razão das circunstâncias. Chovia muito e o trânsito na Avenida Amazonas estava totalmente parado. Pudemos perceber que se tratava de um acidente. Meu marido, que servia no Batalhão de Trânsito, desceu do carro, retirou os veículos da pista e ficou ali por meia hora, debaixo de uma chuva torrencial, controlando o tráfego. Eu estava grávida, passando pelos desconfortos do estado, e fiquei esperando-o fazer o trânsito fluir (Lima, 2002, p. 20-21).

Em realidade, o policial vive muito mais tempo de sua vida em serviço, seja no quartel ou no “bico”, do que em seu meio familiar.

O exercício da atividade policial militar, entretanto, não tem apenas dificuldades. Há muita satisfação em ocupar o lugar de “salvador da pátria”. Fazer um parto a caminho do hospital, evitar um suicídio, dar fim a um seqüestro, são atos que engrandecem a carreira policial militar. Geralmente, a sua atividade é associada à virilidade, à força e até ao poder. Isto porque sair ileso de uma situação crítica de vida ou morte, e decidir-se entre matar e deixar viver, são situações que proporcionam uma vigorosa sensação de poder, conforme sugere a passagem abaixo:

Todo PM sabe que, na condição de agente da lei e da ordem pública, ele dispõe de uma infinidade de recursos que não estão disponíveis a todos os indivíduos, e que o faz mais qualificado e mais “poderoso” do que um cidadão comum (Muniz, 1999, p. 188).

A onipotência, que é uma fantasia comum entre os policiais, serve como apoio para a compensação das fragilidades. Afinal, um bom policial, sobretudo sendo um militar, deve saber superar seus limites. Essa é uma filosofia que se aplica na prática. Talvez por esse viés seja possível compreender a coragem que muitas vezes habita o PM nos momentos mais difíceis de seu trabalho.

A situação cômica que será relatada em seguida ilustra a preocupação do militar com a imagem fálca que representa e que deve preservar. Nos primeiros meses de trabalho na Corporação prestando atendimento clínico em um Batalhão, dirigíamo-nos numa manhã de chuva copiosa ao rancho para o café da manhã, quando o subcomandante nos chamou a atenção devido a uma transgressão disciplinar cometida. Portávamos um objeto inadequado ao serviço, um singelo guarda-chuva, que impedia que o uniforme branco ficasse encharcado. Desconhecíamos ser proibido portá-lo. Foi então que aprendemos mais uma lição da caserna: “o militar é superior ao tempo”. Este é apenas um pequeno exemplo de como são negados dados de realidade, desde um temporal, até a precária condição de alguns materiais de trabalho que colocam desnecessariamente em risco a vida dos PMs.

Muitas vezes o perigo a que o policial militar está sendo submetido é subdimensionado. Há pouco tempo, recebemos um paciente que se queixava do serviço para o qual estava sendo convocado ultimamente. Como se tratava de um recruta, era esperado que ficasse com os piores horários e serviços, já que os mais antigos – com posto superior ou até no mesmo posto - possuem preferência em relação aos recrutas na escolha pelo serviço. Entretanto, ele estava desesperado porque “a situação havia passado dos limites”. Tinha que permanecer baseado num posto de gasolina interditado pela Polícia Federal por doze horas, ora de dia e ora de noite, em um local próximo à favela, sem um banheiro por perto, cercado por becos, “de onde poderiam surgir traficantes prestes a atingi-lo”. Em sua visão, corria risco de vida ao trabalhar com apenas mais um policial.

No dia anterior, homens armados haviam passado dentro de um carro empunhando seus fuzis para fora do veículo, a menos de 20m de distância. Eles se encararam, mas nenhum deles atirou. Para o policial, tratava-se de um recado dos criminosos para não serem incomodados. A rua onde se localizava o posto era muito movimentada, e naquele exato momento quando aconteceu esse episódio, um ônibus lotado passava pela avenida. Então, pensou que poderia morrer a qualquer instante, e viu o filme de sua vida passar muito rapidamente por sua cabeça. Enquanto esperava a reação dos bandidos com sua arma já empunhada, imaginava que se um deles atirasse, teria que revidar, mas poderia atingir algum outro cidadão e então, antes que pudesse provar que agira por legítima defesa, já

teria perdido sua carteira e estaria preso no Batalhão, aguardando julgamento¹⁵. Em questão de segundos, sua vida acabaria, e ele se tornaria um deles, seria um bandido que havia cometido um crime. Sabia que ele e seu colega estavam ali servindo de “bucha”, como se diz no jargão de PM. A seu ver, a Polícia Militar pouco se importava com suas vidas, arriscando-as a tal ameaça. A contestação da ordem recebida, isto é, a recusa a esse tipo de serviço é impensável, pois pode levar o policial a ser punido ou submetido a uma perseguição futura. Dificilmente um PM não se queixará ao psicólogo do peso que carrega ao vestir uma farda que não pode mais ser retirada do corpo, aderindo a sua pele.

Sabemos que quando a angústia aparece, uma saída possível é a atuação. Talvez por isso tenha feito a seguinte pergunta à analista ao sair da última sessão: “Como devo agir quando dá vontade de fazer uma loucura?”. Ela lhe respondeu: “Vir aqui novamente”, procurando indicar-lhe outro meio de aplacar a angústia que não seja através da passagem ao ato.

Como temos visto, muitos são os conflitos a que estão sujeitos os policiais militares. Um deles, que merece destaque, é relativo ao desconforto de ocupar uma posição que, apesar de ser de autoridade, não lhes assegura respeito. Assim, sua função não é socialmente valorizada, e isto se reflete nos míseros salários pagos a eles. O policial é visto por muitos com desdém devido ao lugar que a esmagadora maioria deles ocupa na pirâmide social. Das polícias estaduais, a fluminense é a que paga o menor salário do país, apesar do produto interno bruto (PIB) do estado do Rio de Janeiro ser o segundo maior.

No entanto, a visão estigmatizada da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro não é recente, data do Golpe Militar imposto em 1964. A desvalorização da figura dos policiais militares, por parte principalmente da elite e da classe média¹⁶, é fruto da repressão militar infligida pela Corporação, naquela época, contra os opositores da ditadura.

Segundo análise de Muniz (1999), o uso das forças polícias militares no combate aos “inimigos do regime militar” levou à desvirtuação do trabalho destas

¹⁵ Quando há algum morto ou ferido em uma ação policial, abre-se um IPM (Inquérito Policial Militar) para averiguar internamente se a ação do policial é passível de punição, que vai da advertência à exclusão. Normalmente, ainda que perdure por alguns meses, o IPM é solucionado antes que o processo na justiça tenha chegado ao fim. Contudo, já houve casos em que os policiais expulsos da Corporação, uma vez inocentados na Justiça Comum, foram reintegrados.

¹⁶ Apesar de não termos encontrado nenhuma pesquisa a respeito, verificamos através da experiência na PMERJ, que no âmbito da classe menos favorecida, o policial ainda tem muito prestígio, é visto como poderoso e destemido, de uma forma geral.

instituições, o que veio a prejudicar o desenvolvimento do trabalho de policiamento ostensivo que não se adequou aos imperativos da complexa demanda contemporânea por ordem pública. Este desvio de função resultou na opinião da autora em uma espécie de “herança maldita” que os militares carregam desde aquele tempo. Hoje em dia, conforme noticia a imprensa, ocorrem abusos de poder por parte dos policiais, que justificam a revolta da população e que talvez decorram em parte da cultura instaurada pela ditadura militar.

Contudo, não cabe aqui discorrermos sobre as prováveis razões que motivaram esse distanciamento entre os policiais e a comunidade, mas sim ressaltar que os policiais militares que estavam em atividade na época anterior aos anos 80 comentam que, naquela ocasião, não era preciso esconder sua identidade profissional no deslocamento casa-quartel; muito pelo contrário, pois naquele tempo, o policial era digno de respeito e objeto de admiração. Inclusive, se compararmos o salário atual de um soldado com o de 40 anos atrás, perceberemos a desvalorização que vem sofrendo seu trabalho: naquela época ele recebia cerca de 10 salários mínimos mensais e atualmente ganha, como dissemos anteriormente, por volta de dois.

Hoje, o policial, para se proteger, costuma ocultar sua identidade profissional quando está de folga. Evita ser identificado como policial durante um assalto e, por essa razão, ser executado friamente. Além disso, muitos deles moram em locais de alta periculosidade, nos quais, se tiverem suas profissões reveladas, serão mortos.

Em realidade, há um perigo constante com o qual o policial tem que aprender a conviver; ele tornou-se alvo de combate. Antigamente os criminosos eram menos ousados, a violência era muito menor. Nos dias de hoje, não faltam notícias de policiais militares alvejados durante o serviço, quando estavam baseados em alguma unidade. Sendo assim, ao contrário de outras profissões, nas quais, a carteira de trabalho pode substituir a do Instituto Félix Pacheco, no caso dos policiais militares, o temor de usá-la é grande. Para se ter uma idéia de como a violência contra os policiais vem crescendo, até os anos 90 eles não tinham autorização para andarem armados. Em 1991, a Lei n.1890 facultou aos servidores militares estaduais o porte de arma para sua defesa fora do horário de serviço, independente de autorização prévia da organização a que pertençam.

Nos casos cada vez mais comuns de falecimento, a Corporação tem procurado amparar a família do policial. Com esse propósito, foi criado um serviço de assistência social e psicológica para os parentes dos PMs mortos. Quantos aos colegas de farda, eles comparecem em peso à cerimônia do funeral. Nos Batalhões onde há psicólogos, é de praxe que estes entrem em contato com os parentes mais próximos do policial falecido a fim de prestar-lhes atendimento. Nos casos em que há feridos em combate, há grande mobilização dos colegas para visitarem tanto o policial quanto sua família constantemente. Existe até mesmo uma comissão responsável pela visita de todos os enfermos do batalhão. Todavia, por falta de tempo, não é possível realizar uma visita semanal a cada um dos doentes, conforme seria desejado.

O sentimento da sociedade em relação à polícia é ambíguo. Apesar de a corrupção policial ser duramente criticada, grande parte da população beneficia-se de sua existência. De certo modo, a corrupção foi banalizada nesse país. A famosa frase: “Você sabe com quem está falando?”, mostra a tentativa de driblar a lei, operando um corte na universalização que uma norma determina. O uso desta autoritária expressão possibilita que o sujeito entre no registro da pessoalidade, usando o “jeitinho brasileiro”, definido da seguinte maneira pelo antropólogo:

Contra a lei universal, eu me defendo e faço valer minha vontade e minhas razões não utilizando outra lei universal, mas uma relação pessoal. Uma relação pessoal que permita dobrar ou romper a lei, concretizando a sua impessoalidade abstrata (...). Assim, não é que a lei esteja em princípio errada, mas é que ela não se aplica ao meu caso ou ao caso dos meus protegidos. Logo, a lei deve ser esquecida ou anestesiada, e o caso particular ressaltado por meio de um relacionamento específico (DaMatta, 1991, p. 91).

Portanto, interessa a uma parcela significativa da população que a lei não seja cumprida em certos casos. E o policial sabe que seu serviço é bem visto pela sociedade quando não incomoda a interesses particulares, como indica esta passagem:

Uma das sensações mais evidentes para o PM que inicia as suas tarefas de policiamento é a de que “as pessoas só gostam da autoridade policial quando precisam”, ou melhor, quando a resolução do problema que motivou a presença policial foi “vantajosa para o demandante”. O sentimento de que “ninguém quer a autoridade policial muito perto” é formalizada na constatação de que “as pessoas querem a polícia para os outros”, ou melhor, para aqueles que elas acham que “precisam da polícia” como os delinquentes, a população de rua, as minorias sociais, os “favelados”, etc. (Muniz, 1999, p. 199-200).

Atualmente, a quase unanimidade dos policiais militares queixa-se por não haver o reconhecimento do valor de seu trabalho nem por parte da sociedade e nem pela própria Corporação. Há uma insatisfação generalizada por se sentirem tratados como simples “peças de reposição”, elementos que entram na série de objetos descartáveis do mundo contemporâneo. Já ouvimos de um oficial enquanto almoçávamos no rancho:

As pessoas xingam a gente. As pessoas não têm respeito. É muito difícil trabalhar na rua. Outro dia tive que interditar um trecho de uma avenida por causa de um crime que ocorreu ali e uma mulher queria partir para cima de mim. Estava com ódio da gente.

Na opinião de Muniz (1999), ter uma “identidade social deteriorada” compromete a interação do policial com os cidadãos, o que contribui para reiterar o isolamento social desta classe tida à parte. De fato, tudo leva a crer que possuam atualmente uma imagem negativa aos olhos da sociedade, devido ao alto nível de corrupção envolvendo policiais militares amplamente divulgado pela mídia numa louvável tentativa de moralizar as instituições sociais.

A escuta psicanalítica dentro do quartel pode testemunhar a vulnerabilidade e a fragilidade do policial militar, traços que são habitualmente mal vistos na Corporação. Passamos a conhecer conflitos existenciais que habitam um sujeito que foi treinado para agir sem pensar, nem sentir, mas que quando está numa espécie de imersão no mundo do crime, sórdido e cruel, é acordado pela miséria em que vivem aqueles que no futuro serão os vendedores da boca-de-fumo, os aviõezinhos, vapores, etc. Como ouvimos de um policial militar com muitos anos de experiência no trabalho na favela:

A sociedade não sabe de nada! Não sabe como é lá dentro [da favela]. A gente sabe por que a gente está lá e vê como eles vivem, vê como há miséria... Uma vez eu vi uma mãe dando macarrão velho com bicho para seus filhos porque não havia mais nada para comer e pensei - um dia, esse menino vai crescer e vai ser bandido também, e aí estaremos lutando contra ele da mesma forma que agora estamos combatendo os traficantes.

Após trazermos um panorama do cotidiano de trabalho do policial militar e de sugerirmos uma série de efeitos que as vivências violentas de seu dia-a-dia podem causar ao psiquismo, iniciaremos o estudo sobre a teoria freudiana no que concerne à teoria do trauma e da angústia, para que seja possível compreender o que representam as falas colhidas na clínica relativas às experiências de guerra

vividas em suas carreiras. Acreditamos que a análise desses relatos muito pode contribuir para o entendimento da neurose traumática e do trauma não sexual.